



**LEI Nº 3454/2025, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.**

***“Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem - FMER e dá outras providências.”***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PICOS, ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal de Picos aprova e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER do Município de Picos - Piauí, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de ações relacionadas ao melhoramento das estradas de rodagem municipais, inclusive pontes, viadutos e demais obras complementares.

**Parágrafo Único.** O Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER possui caráter rotativo, natureza e individualização contábeis, destina-se a dar suporte financeiro a programas de conservação permanentemente as rodovias municipais, caminhos vicinais e as instalações que as integram, vinculando-se diretamente à Secretaria de Estradas de Rodagem – SER, com duração indeterminada.

**Art. 2º** - Constitui recursos do Fundo da Secretaria de Estradas de Rodagem – FMER:

- I** – dotações orçamentária a ele especificamente destinadas pelo Poder Executivo Municipal;
- II** – recursos oriundos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER;
- III** – multas impostas por infração à legislação relativa as rodovias municipais;
- IV** – transferências de recursos da União ou do Estado;
- V** – contribuições, subvenções e auxílios da União, de Estados e de Municípios e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e Fundações;
- VI** – recursos oriundos de emendas parlamentares, individuais ou de bancada, destinadas ao Município de Picos para investimentos em infraestrutura viária e correlata;
- VII** – doações de entidades nacionais ou internacionais;
- VIII** – créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- IX** – doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- X** – outras receitas eventuais e demais recursos que, por sua natureza ou disposição especial, possam ser destinadas ao Fundo.

**§ 1º** - As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial instalada no Município.

**§ 2º** - O saldo financeiro do Fundo, apurado em balanço ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

**§ 3º** - A dotação prevista no Orçamento Municipal será automaticamente transferida para a conta do Fundo, tão logo os recursos pertinentes estejam disponíveis.



**Art. 3º** - O Secretário Municipal da Secretaria de Estradas de Rodagem – SER, será o Coordenador do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER.

**Art. 4º** - São atribuições do Coordenador do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER:

**I** – Gerir o Fundo e estabelecer política de aplicação dos seus recursos financeiros em conjunto com outras autoridades do Município;

**II** – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no planejamento municipal de conservação e melhoramento das rodagens municipais;

**III** – Submeter ao Prefeito Municipal o Plano de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**IV** – Submeter ao Prefeito as demonstrações mensais da receita e despesa do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER;

**V** – Ordenar pagamento das obrigações decorrentes da execução de programas e projetos financeiros com recursos Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER;

**VI** – Propor ao Prefeito a celebração de contratos, acordos e convênios, inclusive empréstimos, referente aos recursos financeiros que se destinarão aos programas e projetos a serem administrados pelo Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER;

**VII** – Desempenhar outras atividades afins.

**Art. 5º** - As obrigações a serem atendidas com recursos financeiros do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão resultantes:

**I** – da execução de programas nas áreas mencionadas nesta Lei e implementadas pela Secretaria de Estradas de Rodagem – SER ou através de órgãos com ele conveniados;

**II** – da prestação de serviços por entidades de direito privado na execução de programas ou projetos específicos da área das rodovias municipais;

**III** – da aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários à execução dos programas;

**IV** – da construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis para prestação de serviços;

**V** – do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento e de controle das ações da Secretaria ao qual se vincula o Fundo;

**VI** – do desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para a gestão das estradas de rodagens municipais;

**VII** – do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações e serviços mencionados nesta Lei.

**Art. 6º** - Constituem ativos à disposição da Secretaria de Estradas de Rodagem – SER, ao qual se vincula o Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER:

**I** – as disponibilidades monetárias, depositadas em estabelecimento oficial de crédito ou em caixa especial, oriundos da receita especificadas nesta Lei;



**II** – os bens móveis e imóveis que forem adquiridos com recursos financeiros provenientes do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER.

**Parágrafo Único:** Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos adquiridos com os recursos do Fundo.

**Art. 7º** - Constituem passivos a serem atendidos com recursos financeiro do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER as obrigações de qualquer natureza resultantes, ou não, da execução dos programas para a concretização dos objetivos previstos nesta Lei.

**Art. 8º** - O orçamento do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER evidenciará a política e os programas de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e de Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como os princípios da universalidade e do equilíbrio.

**Parágrafo Único:** Em obediência ao princípio da unidade, o orçamento do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER integrará o do Município.

**Art. 9º** - A contabilidade do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER obedecerá às normas e procedimentos da contabilidade pública e contabilização centralizada, devendo evidenciar a situação contábil e financeira do Fundo, de modo a permitir a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes, na forma da legislação vigente.

**Parágrafo Único:** Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a contabilidade será de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitantemente e subsequente, inclusive de apurar custos das aplicações definidas no Plano de Aplicação de Recursos, bem como, interpretar e apurar os resultados obtidos.

**Art. 10.** - Nenhuma despesa será realizada sem dotação orçamentária específica.

**Parágrafo Único:** Fica o Poder executivo, excepcionalmente, autorizado a abrir crédito de natureza suplementar ou especial, através de Decreto Municipal, para atendimento de despesa do Fundo Municipal de Estradas de Rodagem – FMER, em caso de insuficiência de recursos ou eventuais omissões orçamentárias, quando devidamente comprovado pela Controladoria-Geral do Município.

**Art. 11.** - As disposições pertinentes ao Fundo Municipal de estradas de Rodagem – FMER, não abrangidas por esta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 12.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PICOS, ESTADO DO PIAUÍ, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2025.**

  
**PABLO DANTAS DE MOURA SANTOS**  
Prefeito Municipal de Picos